

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

FAUSTO SOUSA COSTA

COMPORTAMENTO DE CONSUMO ECOLOGICAMENTE

CONSCIENTE: uma análise da percepção do Servidor Público Federal

VITÓRIA

2016

FAUSTO SOUSA COSTA

COMPORTAMENTO DE CONSUMO ECOLOGICAMENTE

CONSCIENTE: uma análise da percepção do Servidor Público Federal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Orientador: Prof. Dr. Aziz Xavier Beiruth

VITÓRIA

2016

FAUSTO SOUSA COSTA

COMPORTAMENTO DE CONSUMO ECOLOGICAMENTE

CONSCIENTE: uma análise da percepção do Servidor Público Federal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração de Empresas.

Aprovada em: 07 de dezembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.: Aziz Xavier Beiruth (Orientador)

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

Prof. Dr. Fabio Yoshio Suguri Motoki

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

Prof. Dr.: Newton Paulo Bueno

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar quais fatores influenciam o comportamento de consumo ecologicamente consciente (CCEC) do servidor público brasileiro na esfera do executivo federal. A pesquisa contribui com às instituições públicas na medida que proporciona uma melhor compreensão da percepção que seus servidores possuem sobre a temática sustentabilidade, potencializando as práticas sustentáveis no setor público. Os resultados demonstraram que a variável independente Altruísmo possui uma maior significância tanto para os grupos com cargo e sem cargos de chefia. O construto eficácia de consumo percebido e reciclagem e reutilização possuem significância negativa. Resultados esses associados a baixa capacitação de servidores na área voltada para sustentabilidade ambiental, como também ao baixo feedback por parte da instituição pública quanto a melhorias obtidas para o meio ambiente quando o governo pratica ações sustentáveis. Dificultando também o consumo consciente o alto custo na aquisição de produtos reciclados e a pouca disponibilidade desses produtos no mercado. Finalmente a variável compras sustentáveis assim como as outras já mencionadas podem levar ao consumo sustentável no setor público.

Palavras-chave: Comportamento do Consumidor. Consciência Ecológica. Servidor Público.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze which factors influence the ecologically conscious consumer behavior (CCEC) of the Brazilian public servant in the sphere of the federal executive. The research contributes to the public institutions in that it provides a better understanding of the perception that its servers have on the sustainability theme, potentiating the sustainable practices in the public sector. The results showed that the independent variable Altruism has a greater significance for both the groups with position and no managerial positions. The constructed perceived consumption efficiency and recycling and reuse have negative significance. These results are associated to the low capacity of servers in the area focused on environmental sustainability, the low feedback from the public institution regarding the improvements obtained for the environment when the government practices sustainable actions. Also, the conscious consumption of high cost in the acquisition of products recycled and the low availability of these products in the market. Finally the variable sustainable purchases as well as the others already mentioned can lead to sustainable consumption in the public sector.

Keywords: Consumer Behavior. Environmental Awareness. Public Server.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Características da amostrados servidores da FUNASA.....	27
Tabela 2	- Estatística descritiva da amostra quanto aos atributos dos servidores com e sem cargo de chefia.....	29
Tabela 3	- Estatística descritiva com as médias.....	33
Tabela 4	- Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos servidores com cargos de chefia	36
Tabela 5	- Resultados dos efeitos do modelo com e sem as variáveis de controle dos servidores sem cargos de chefia	40
Tabela 6	- Resultado comparativo dos construtos associados ao CCEC com e sem cargo de chefia	42

LISTA DE SIGLAS

A3P	- Agenda Ambiental na Administração Pública
CCEC	- Comportamento de Consumo Ecologicamente Consciente
CPS	- Compras Públicas Sustentáveis
ECP	- Eficácia de Consumo Percebido
FUNASA	- Fundação Nacional de Saúde
IN	- Instrução Normativa
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MME	- Ministério de Minas e Energia
MPOG	- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PEG	- Programa de Eficiência do Gasto
PES	- Projeto Esplanada Sustentável
PNEF	- Plano Nacional e de Eficiência Energética
Procel	- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	COMPORTAMENTO DE CONSUMO ECOLOGICAMENTE CONSCIENTE (CCEC)	12
2.2	FATORES QUE INFLUENCIAM O CCEC	15
2.3	COMPORTAMENTO de CONSUMO ECOLOGICAMENTE CONSCIENTE NO SETOR PÚBLICO (CCECSP)	19
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	21
4	ANÁLISE DOS DADOS	26
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	26
4.2	ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA AMOSTRA	28
4.3	REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA	35
4.3.1	Análise da regressão do CCEC com cargo de chefia	36
4.3.2	Análise da regressão do CCEC sem cargo de chefia	39
4.3.3	Análise dos resultados comparativo dos construtos associados ao CCEC na regressão com e sem cargos de chefia	41
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	47

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

As primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas pela maior sensibilidade pública voltada para consumo ecológico (LEONIDOU; LEONIDOU; KVASOVA, 2010). Com o aumento do consumo consciente as organizações têm adotado estratégias voltadas para o desenvolvimento sustentável. Muitas dessas ações estratégicas ganham formas através das ações do Marketing (KEESLING; KAYNAMA, 2003; BETIOL et al., 2012). O interesse pelo Marketing verde em compreender o Comportamento de Consumo Ecologicamente Consciente (CCEC) tem crescido entre pesquisadores, profissionais, organizações comerciais e formuladores de políticas (RETTIE; BURCHELL; RILEY, 2012).

A busca dessa compreensão tem sido analisada através de indicadores comportamentais relacionadas com o compromisso ambiental. Existem estudos que trabalham indicadores correlacionados ao perfil sociodemográfico como sexo, renda, idade (D'SOUZA et al., 2006; ZIMMER; STAFFORD; STAFFORD, 1994; DIAMANTOPOULOS et al., 2003). Outras pesquisas analisam relações significativas de consumo consciente através de indicadores psicográficos (HINE; GIFFORD, 1991; ROBERTS, 1996; STERN; DIETZ; KALOF, 1993; WEINER; DOESCHER, 1991). São exemplos de variáveis psicográficas a eficácia do consumo percebido, preocupação ambiental, liberalismo e altruísmo (STRAUGHAN; ROBERTS, 1999).

Dessa forma, apesar de existirem tanto os estudos demográficos quanto os psicográficos que buscaram analisar as relações de consumo do indivíduo com atitudes ecologicamente conscientes, evidenciam-se na literatura poucos estudos que analisassem o consumo consciente sob a perspectiva do indivíduo enquanto

servidor público.

Nesse sentido o trabalho se propôs analisar quais fatores influenciam o Comportamento de Consumo Ecologicamente Consciente (CCEC) do servidor público brasileiro na esfera do executivo federal. Em especial os servidores da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Pois, além de ser uma instituição federal, voltada para a saúde pública, possui também em seu regimento interno ações voltadas para saúde ambiental (BRASIL, 2016).

Pretende-se, dessa forma, analisar as variáveis que influenciam o CCEC do servidor público enquanto indivíduo. Em particular, constructos que “definem” o indivíduo como um consumidor ecologicamente consciente. Nesse caso, comportamento do servidor público, enquanto indivíduo, e a forma com que ele consome produtos ou serviços sustentáveis no seu cotidiano, refletem-se consequentemente na forma como consome no setor público. Pois, como o indivíduo e o servidor fazem parte de uma mesma identidade, por consequência as características do CCEC do indivíduo acabam por posicionar também o servidor público.

O Governo é um expressivo consumidor de bens e serviços. No Brasil, por exemplo, os bens e serviços adquiridos pelos diversos órgãos da Administração pública representam cerca de 10% a 15% do PIB nacional (BRASIL, 2016a). Dessa forma, considerando-seo grande volume de recursos públicosrelacionados nas compras governamentais, passou-se a promover Políticas de contratações públicas que favorecessem o meio ambiente. Essas práticas têm sido adotadas pelo Governo Federal, ao inserir critérios de sustentabilidade em suas aquisições de bens e serviços voltadas por meio das Compras Públicas Sustentáveis (CPS).

As compras sustentáveis ou as contratações públicas sustentáveis (CPS) são

definidas como um processo pelo qual as organizações públicas inserem os critérios de Sustentabilidade ambiental nas práticas voltadas para aquisição de bens e serviços públicos (BRAMMER; WALKER, 2011; COUTO; COELHO, 2014).

Além disso, o Governo brasileiro tem instituído outras ações também voltadas para a construção de consumo público sustentável. Cite-se a publicação da quinta edição da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), em 2009, na qual foi inserido um eixo temático específico sobre licitações sustentáveis (BRASIL, 2016). Em particular, o Decreto nº 7.746/2012, o qual faz a previsão expressa da possibilidade de adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas (BRASIL, 2016a).

Assim, definiu-se como objeto de estudo os servidores públicos na esfera federal por estarem há mais tempo adotando práticas de Sustentabilidade ambiental, se comparados aos servidores de outras esferas de governo. Dessa forma, por serem os primeiros a receber incentivos em nível governamental, através de legislações e portais federais como agenda A3P, os decretos nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que autorizou o Governo federal a adotar critérios de Sustentabilidade nas contratações governamentais. Depreende-se, portanto, a possibilidade de ensejar-se ao servidor um olhar de forma diferenciado quanto à questão da percepção de consumo ecológico, se comparado a servidores de outras esferas de governo.

Em relação à teoria, esta pesquisa, de maneira geral, buscou discorrer sobre o uso de variáveis psicográficas e variáveis voltadas para o setor público. Permite-se ampliar, dessa forma, a percepção, que o indivíduo tem, enquanto servidor, das ações voltadas para a Sustentabilidade ambiental, além de proporcionar o preenchimento dessa lacuna na literatura.

A pesquisa teve caráter quantitativo e descritivo, com coleta de dados primários por meio de questionário estruturado e autopreenchível, disponibilizado na internet. Utilizou a escala Likert, adaptado ao estudo de Couto e Coelho (2014), Couto e Ribeiro (2015) e Straughan e Roberts (1999). Para analisar as variáveis que influenciam o CCEC, definiu-se como campo de estudo explorar dois grupos de servidores com cargo e sem cargo de chefia. Apresentando como objetivo averiguar o grau de comprometimento por parte dos servidores públicos com o comportamento de consumo ecológico entre os dois grupos.

Os resultados demonstraram que há algumas variáveis que são mais propensas ao CCEC, ou seja podem levar mais ao consumo sustentável do que outras variáveis analisadas. Os resultados revelaram que existem variáveis estatisticamente associadas ao CCEC para ambos os grupos analisados. Por outro lado destaca-se a associação negativa de determinados construtos para os grupos com cargo de chefia.

Na prática, esta pesquisa acadêmica proporciona às Instituições públicas uma melhor compreensão da percepção dos servidores públicos quanto à temática Sustentabilidade. Permitirá, dessa forma, melhor redirecionamento estratégico entre suas legislações e portais federais voltados para responsabilidade ambiental com as ações praticadas pelos seus servidores. Assim sendo, as instituições públicas poderão evitar demandas sustentáveis impróprias ao seu público consumidor interno, além de promover, tendo em vista as dificuldades apresentadas, soluções para potencializar as práticas sustentáveis no setor público.

Nos próximos tópicos serão apresentados os principais autores que fundamentam o objeto da pesquisa, explorando-se a literatura mais apropriada para o desenvolvimento metodológico e coleta dos dados, para, ao final, serem

apresentadas as conclusões extraídas das análises realizadas.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMPORTAMENTO DE CONSUMO ECOLOGICAMENTE CONSCIENTE (CCEC)

Com o aumento dos problemas ambientais na década de 1990 os consumidores começaram a procurar alternativas ecológicas em suas compras (LEONIDOU; LEONIDOU; KVASOVA, 2010). Em consequência ao crescente problema ambiental, as organizações contemporâneas, através de ações do Marketing, vêm desenvolvendo estratégias para atender à satisfação dos clientes que buscam o consumo ecológico (RETTIE; BURCHEL; RILEY, 2012).

Para Motta e Oliveira (2007), as estratégias desenvolvidas pelo Marketing verde buscam auxiliar as empresas a posicionarem seus produtos de acordo com determinados tipos de clientes. Em vista do exposto, a compreensão da relação entre o consumidor e seu consumo consciente pode mostrar-se relevante para o desenvolvimento de práticas de Marketing verde que efetivamente possam estimular o CCEC, tarefa que hoje em dia continua a requer bastante esforço (ZABKAR; HOSTA, 2013).

Com esta crescente sensibilidade do consumidor aos problemas sociais, o mercado passou a ser avaliado de acordo com o grau em que os consumidores aceitam o conceito de consumidor-cidadão. Passam, então, a comprar em causa não só pela satisfação pessoal, mas também pela questão social (ANDERSON; CUNNINGHAM, 1972).

Para melhor identificação do perfil dos consumidores verdes, foram desenvolvidos estudos sociodemográficos, a fim de descrevê-los. Estudos utilizando variáveis como Educação, sexo, idade, classe social dentre outras, buscando definir o perfil dos consumidores com responsabilidade sócio-ambiental (DIAMANTOPOULOS et al., 2003; ZIMMER; STAFFORD; STAFFORD, 1994). Outros estudos abordam as características dos consumidores ecologicamente conscientes através de variáveis psicográficas (ROBERTS, 1996; ROBERTS; BACON, 1997; STRAUGHAN; ROBERTS, 1999).

A dificuldade consiste em identificar o Comportamento dos Consumidores Ecologicamente Conscientes (CCEC), pois existem, na literatura, opiniões divergentes quanto à identificação do comportamento dos consumidores verdes (PEATTIE, 2001). Ou seja: além da dificuldade em identificar pessoas ecologicamente conscientes, observa-se também a complexidade em reconhecer a forma com que elas praticam suas ações ecológicas, uma vez que existem fatores considerados impeditivos a um maior consumo consciente por parte do indivíduo (PRADO; SILVA; ALMEIDA, 2011).

Para Engel et al. (2000), são exemplo de fatores que podem ser considerados um entrave ao aumento do consumo ecológico: o preço, o nome da marca, a confiabilidade e a segurança do produto.

De uma forma geral tanto os estudos demográficos quanto os estudos psicográficos, ao encontrarem relações significativas de consumo consciente com as variáveis pesquisadas, acabam ajudando as organizações a compreender o CCEC dos seus clientes. Dessa forma, facilitam as instituições a adotarem estratégias mais eficazes no ato de capitalizar recursos com fins ecológicos (STRAUGHAN; ROBERTS, 1999).

Apesar de existirem vários estudos voltados para a compreensão das atitudes e crenças dos CCEC, ainda é vista com dificuldades a identificação do comportamento ecológico necessitando, por isso, de mais pesquisas no campo de Marketing ecológico (LEONIDOU; LEONIDOU; KVASOVA, 2010).

Com base no exposto, adaptou-se a escala de Straughan e Roberts (1999). Utilizou-se a descrição dos construtos relacionados com o comportamento de consumo ecologicamente consciente na forma como descrita no Quadro 1.

CONSTRUTO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIAS
ALTRUÍSMO	Os indivíduos que possuem uma preocupação com o bem-estar dos outros são mais propensos a desenvolver o comportamento verde.	Straughan e Roberts (1999);
LIBERALISMO	Aqueles com mais convicções políticas liberais são mais propensos a exibirem uma maior compromisso ambiental comparado com os de ideologia política mais conservadora.	Hine e Gifford (1991); Roberts (1996);
EFICÁCIA CONSUMO PERCEBIDO	As atitudes e respostas dos consumidores para a segurança ambiental são em função das suas crenças de que os indivíduos podem influenciar positivamente os resultados dos problemas ambientais.	Roberts (1996); Roberts e Bacon (1997); Ellen; Wiener; Cobb-Walgren (1991); Miller, Brinckman e Bolen (1975); Allen (1982).
PREOCUPAÇÃO AMBIENTAL	Examinam a preocupação ambiental como correlato do comportamento amigo do meio ambiente.	Roberts (1996); Roberts e Bacon (1997); Sandahl e Robertson (1989).
COMPRAS SUSTENTÁVEIS	O consumidor demonstra uma preocupação ao comprar produtos/serviços que possuem alguma relação ambiental.	Couto e Ribeiro (2015); Brammer e Walker (2011); Couto e Coelho (2014); Alencastro, Silva e Lopes (2014).
RECICLAGEM E REUTILIZAÇÃO	O consumidor apresenta uma preocupação em consumir apenas produtos que possam ser reciclados ou que de alguma maneira sejam reutilizáveis.	Smallbone (2005).
CONSUMO DE ENERGIA	O consumidor tem a inclinação de substituição relacionado a um produtos e/ou hábitos em consequência de informações ou campanhas específicas. É perceptível a aceitação do consumidor quando relacionado a crescentes campanhas almejando à diminuição do consumo de energia por meio da troca de lâmpadas.	Ignotas e Stasytyte (2015); Zimmer, Stafford e Stafford (1994).

Quadro 1: Descrição dos Construtos relacionados com o Comportamento de Consumo Ecologicamente Consciente

Fonte: Straughan e Roberts (1999); Couto e Ribeiro (2015) Couto e Coelho (2014).

Nota: Adaptado pelo autor

2.2 FATORES QUE INFLUENCIAM O CCEC

Embora existam resultados que indicam variáveis sociodemográficas associadas com a consciência ambiental, muitas dessas associações e medição da consciência ambiental são relativamente complexas. São complexas, pois acabam levando em considerações vários fatores como gênero, estado, classe social, escolaridade que variam de uma região para outra, comprometendo, assim, a avaliação dessa consciência ambiental (DIAMANTOPOULOS et al., 2003).

Contudo, apesar desses resultados serem incoerentes sobre o impacto das características sociodemográficas no comportamento ecologicamente correto, ele ainda é um fator que continua a exercer grande importância. Entretanto, uma representação significativa dos autores corrobora que a grande maioria dos dados demográficos representa menor importância quando comparados com as variáveis psicográficas, ao explicarem o comportamento ecologicamente correto (BANERJEE; MCKEAGE, 1994; CHAN, 1999).

Straughan e Roberts (1999) partilham do mesmo ponto de vista, argumentando que as características demográficas foram muito utilizadas nos primeiros estudos para desenhar as características do consumidor verde, porém, atualmente, a temática já está numa fase mais madura e as características psicográficas explicam de uma melhor forma o comportamento destes consumidores e a sua essência.

O estudo de Roberts e Bacon (1997) encontrou uma relação significativa da

variável preocupação ambiental com o consumo consciente. Buscaram compreender uma relação entre o indivíduo com o meio ambiente. Caracteriza-se no consumidor uma feição amiga para o meio ambiente.

Já a pesquisa de Sandahl e Robertson (1989) descobriu que o consumidor amigo do ambiente é menos letrado e tem um rendimento abaixo da média americana, o que os levou a concluir que o rendimento e a Educação não são bons parâmetros para compreender o conceito ambiental ou mesmo o comportamento de compra.

Outra variável também relacionada ao fator Educação e conhecimento, mais precisamente, na relação da Eficácia de Consumo Percebido (ECP), demonstra que quanto maior o conhecimento dos indivíduos sobre os resultados positivos de suas ações socioambientais, maior será o comportamento do consumo consciente do indivíduo, Roberts (1996). Esse cenário está também de acordo com os estudos de Roberts e Bacon (1997) e Straughan e Roberts (1999) que consideram a variável eficácia de consumo percebido correlacionada de forma positiva ao CCEC.

Além disso, Ellen, Wiener e Cobb-Walgren (1991) afirmam que, quando a eficácia de consumo percebido de um indivíduo for considerada baixa, torna-se necessária a influência dos formuladores de Políticas Públicas como ator da ação, a fim de elevar a um grau de satisfação do indivíduo. Ou seja: o reconhecimento por parte do indivíduo que suas ações de sustentabilidade fazem toda a diferença para melhorar o meio ambiente. Assim, quanto mais as entidades públicas fornecem informações sobre os resultados positivos gerados por meio de ações sustentáveis praticadas pelos indivíduos, maior passará a ser a sua eficácia percebida.

Na mesma esteira, destacam-se os trabalhos de Miller, Brickman e Bolen (1975), ao afirmarem que as barreiras de baixa ECP poderão ser ultrapassadas por

programas que forneçam além de informações do como praticar uma gestão sustentável, também um feedback sobre a eficácia da ação individual na redução dos problemas ambientais. Assim, o feedback por parte do setor público evidenciando os resultados obtidos pelas práticas de sustentáveis, associado à percepção do indivíduo, sendo partícipes das contribuições ambientais, acabará gerando, por consequência, um fator motivador para melhorar a ECP do indivíduo. (ALLEN, 1982).

Outra variável, que busca associação do comportamento ambiental com o setor público, é a variável compra sustentável. As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são classificadas como um processo em que a Administração pública procura inserir critérios de sustentabilidade ambiental nas práticas voltadas para a contratação de bens e serviços públicos, Brammer e Walker (2011). Nesse sentido, as Políticas voltadas para as compras sustentáveis estão estritamente voltadas para a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental, ainda que tais medidas promovam um aumento dos custos das aquisições governamentais. (ALENCASTRO; SILVA; LOPES, 2014).

Além disso, deve-se observar que as mesmas pessoas que realizam compras organizacionais voltadas para o consumo sustentável também realizam compras individuais em seus lares. Visa-se dessa forma compreender o comportamento dos servidores públicos, reconhecendo-se as principais variáveis que determinam o processo na decisão das compras sustentáveis, tanto no contexto de compras individuais (ou domésticas) quanto no contexto de compras governamentais. (COUTO; COELHO, 2014).

A preocupação ambiental e a consciência ecológica, voltadas para o consumo racional de energia estão relacionadas com os estilos de vida do indivíduo. Ignotas e

Stasytyte (2015) afirmam que os consumidores privilegiam comprar produtos domésticos com maior eficiência de consumo de energia ainda que mais custosos na sua aquisição, reduzindo consequentemente o impactando ambiental. Para Zimmer, Stafford e Stafford (1994), a consciência da energia é uma constante preocupação ambiental, pois tal preocupação é uma questão popular, decorrente da crise energética, escassez de gasolina e conscientização da poluição do ar resultante do consumo inadequado da energia.

A reciclagem e reutilização são outra variável relacionada ao CCEC. Os valores pessoais dos indivíduos, que praticam a reciclagem podem, serão utilizados nas estratégias de Marketing por meio da Comunicação, ajudando a melhorar a prática da reciclagem nas organizações (SMALLBONE, 2005). Porém, o pouco envolvimento público na criação de alternativas para o descarte e a destinação adequados de resíduos sólidos acabará comprometendo a atitude dos consumidores ecologicamente conscientes. (SMALLBONE, 2005).

Pessoas com convicções em políticas liberais são mais propensas a exibir um CCEC, se comparadas com consumidores mais conservadores. (HINE; GIFFORD, 1991).

Por outro lado, o CCEC também sofre influência da variável Altruísmo. Pois pessoas que se preocupam com relacionamento com outras pessoas, ou seja: com o bem-estar dos outros têm uma forte inclinação para se preocupar com o meio ambiente (LAROCHE; BERGERON; BARBARO-FORLEO, 2001; STERN; DIETZ; KALOF, 2003). Assim, pessoas com comportamento coletivista indicam que poderão abrir mão de objetivos pessoais e priorizar objetivos do grupo a que pertencem. Desenvolverão assim ações voltadas para o coletivo, para o meio ambiente como

um todo. (KIM; CHOI, 2005).

2.3 COMPORTAMENTO DE CONSUMO ECOLOGICAMENTE CONSCIENTE NO SETOR PÚBLICO (CCECSP)

A partir do século XX uma ação emergente tem buscado transformar a visão mecanicista dos governos orientada para a previsão e o controle dando espaço, isto é, a uma visão mais evolutiva, ecológica. Essa nova tendência visa produzir informações sobre a dinâmica evolutiva dos sistemas naturais e seu uso adequado. (ROBERTSON; CHOI, 2010).

A Gestão pública tem a responsabilidade de cooperar com assuntos envolvendo questões ambientais, buscando estratégias que ajudem as pessoas a repensar os atuais padrões de consumo e seu papel é importante não apenas de fomento a um mercado inovador e sustentável, mas também de educação, mobilização e conscientização da sociedade de uma forma geral. (BETIOL et al., 2012).

Nesse contexto as compras públicas são um instrumento de fundamental importância para se avançar na construção de uma economia mais verde e inclusiva. No contexto brasileiro, as primeiras iniciativas voltadas para as questões de sustentabilidade nas compras públicas ocorreram com legislações específicas primeiramente no âmbito federal, como exemplo, a proibição de equipamentos e produtos que possuíam substâncias que comprometiam a camada de ozônio. Tais ações ganharam forças nos anos seguintes quando governos estaduais e municipais, já em meados de 2005, avançaram no desenvolvimento de legislações e ações próprias ligadas a temática ambiental (BETIOL et al., 2012).

Destaca-se como instrumentos governamentais legais voltados para a Sustentabilidade ambiental a agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, criada em 1999. É considerada nos dias de hoje, segundo o Ministério do Meio Ambiente, como o principal programa da Administração pública de gestão sócio-ambiental. Programa este posto em prática nas três esferas de governo e no âmbito dos três Poderes.

Em 2009 foi incluído um eixo temático específico sobre licitações sustentáveis, e posteriormente surgiu a expedição da Instrução Normativa (IN) nº 1, de 19 de janeiro de 2010, discorrendo sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração pública direta e indireta (ALENCASTRO; SILVA; LOPES, 2014).

No período de 2012 foi lançado o Projeto Esplanada Sustentável (PES). Este projeto é decorrente de um conjunto articulado entre os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Planejamento, Orçamento e Gestão, Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME). Teve por objetivo informar e dar treinamento aos servidores públicos com foco na implantação dos programas que estão relacionados com o projeto, tais como Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), Programa de Eficiência do Gasto (PEG), Plano Nacional e de Eficiência Energética (PNEF), Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e coleta seletiva solidária. (BRASIL, 2016).

Por fim, compreender o CCEC dos servidores públicos acaba por contribuir para um melhor posicionamento dos projetos governamentais voltados para o consumo ecológico e, uma vez identificados os fatores que estão associados ao CCEC dos gestores públicos, contribuir-se-á consequentemente para um melhor posicionamento estratégico dos projetos sustentáveis do Governo. Corrobora-se

com Couto e Coelho (2014), ao afirmarem que a análise profunda do perfil dos gestores público contribui na medida em que busca amenizar os problemas na construção do processo decisório na obtenção de produtos sustentáveis.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A fim de analisar os fatores que influenciam o CCEC do servidor público brasileiro, adotou-se uma metodologia quantitativa de caráter descritivo e em corte transversal. Optou-se pela coleta primária de dados não probabilístico por acessibilidade por meio da aplicação de um questionário estruturado e autopreenchível, disponibilizado na Internet nos meses de junho a julho de 2016. A coleta dos dados são não probabilísticos com resultados não generalizados de caráter exploratórios uma vez que existem poucos estudos na literatura que analisam o consumo consciente sob a perspectiva do indivíduo enquanto servidor público.

Primeiramente, o questionário mensura, através dos construtos, as características dos indivíduos, em especial aqueles que trabalham no setor público. Para obter-se eficácia de consumo consciente no setor público observaram-se, em um primeiro momento, as características dos principais atores do consumo na esfera pública que são os próprios servidores públicos. Em um segundo momento, foram analisados, com base nos dados obtidos do comportamento desses servidores enquanto indivíduos (consumidores), os efeitos na forma com que eles praticam o consumo consciente dentro do setor público.

Para representar o comportamento dos consumidores ecologicamente

conscientes no setor público, definiu-se como campo de estudo servidores da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), lotados em suas 27 unidades estaduais (que correspondem às 27 unidades da federação) tanto os que ocupam cargos em comissão ou função comissionadas quanto os que não ocupam nenhum cargo de chefia. Foi utilizada a FUNASA como campo de estudo uma vez que é um órgão que trabalha, dentre outras funções, com a formulação e implementação de ações voltadas para a saúde ambiental (Decreto 7.335/2010). Definiu-se também, dentre as 03(três) esferas de Governo, a esfera federal, pois as ações envolvendo consumo e compras públicas sustentáveis de maior vulto encontram-se em sua maioria na Administração pública federal (BRASIL, 2016a).

Com o objetivo de garantir que o respondente fizesse parte do público-alvo da pesquisa, perguntas de controle foram inseridas no questionário, no qual ele deveria declarar-se servidor público federal da FUNASA. Na análise dos dados, foram utilizados apenas questionários cujas respostas fossem de servidores públicos federais da instituição.

A amostra por conveniência foi composta por 306 respondentes. Em relação ao total de 306 respostas foram obtidas 287 válidas, uma vez que o público estudado eram os servidores públicos da Funasa.

Com relação às respostas validadas, foram elas divididas em 184 respostas de servidores sem cargos de chefia e 103 servidores com cargos de chefia. Sendo 70 de nível superior, 49 servidores de nível médio, 1 de nível auxiliar, 55 pós-graduados *lato sensu*, 8 com pós-graduação em nível de mestrado e 1 servidor com nível de doutorado.

O instrumento de pesquisa utilizado para a base da coleta dos dados foi o questionário adaptado de Straughan e Roberts (1999), que mensura, por meio de

variáveis psicográficas, as relações de consumo com atitudes ecologicamente conscientes. Adaptou-se também o questionário de Couto e Ribeiro (2015) que classifica os objetivos das Políticas Públicas voltadas para a sustentabilidade, e do questionário de Couto e Coelho (2014) que trabalha o contexto de compras individuais e compras sustentáveis no setor público.

Na primeira parte do questionário, foram criadas 32 afirmações para cada variável do modelo, acompanhadas por uma escala Likert de cinco níveis (variando de [1] discordo totalmente e [5] concordo totalmente). Desse modo, a nota final de cada construto foi formada pela média, por respondente, das variáveis de cada um dos atributos.

Na segunda parte, questões objetivas identificavam o perfil do entrevistado, sendo todas elas fechadas (gênero, faixa etária, escolaridade, renda familiar, cargos de chefia, participação de curso de capacitação e tempo de serviço).

O questionário foi elaborado apenas em português, passando por um pré-teste com 20 pessoas. As afirmações que compuseram o instrumento estão descritas no Quadro 5 (STRAUGHAN; ROBERTS, 1999; COUTO; RIBEIRO, 2015; COUTO; COELHO, 2014).

Comportamento de Consumo Ecologicamente Consciente (CCEC)	Eu me considero um consumidor ecologicamente consciente
Atributo do Consumidor Consciente	Afirmações
Altruísmo	1. Eu mudei o consumo de certos produtos por razões ecológicas; 2. Eu não compro produtos de uso domésticos que prejudicam o meio ambiente; 3. Quando existe uma escolha eu sempre escolho produtos que contribuem para menor poluição ambiental; 4. Eu faço um esforço consciente para limitar o uso de produtos que são feitos de recursos escassos; 5. Quando eu tenho uma escolha entre dois produtos iguais, eu sempre compro o que é menos nocivo para o meio ambiente e outras pessoas.

Liberalismo	6. Os lucros das grandes empresas devem ser controlados pelo governo federal; 7. Sou a favor da revisão da estrutura fiscal para que o peso recaia mais nas empresas e pessoas com maiores rendas; 8. Se o desemprego é alto, o governo deve gastar para criar postos de trabalho; 9. Sou a favor de uma menor regulamentação governamental na economia; 10. Sou a favor de um programa de seguro de saúde federal que englobam homens e mulheres de todas as idades.
Eficácia consumo percebido	11. É inútil qualquer atitude do consumidor no combate a poluição; 12. Quando eu compro produtos, tento considerar a forma como o produto vai afetar o meio ambiente e outros consumidores; 13. Eu considero que as minhas atitudes não fazem qualquer diferença para o meio ambiente; 14. O comportamento de cada consumidor pode ter um efeito positivo na sociedade através de compra de produtos vendidos por empresas socialmente responsáveis.
Preocupação ambiental	15. Os seres humanos devem viver em harmonia com a natureza a fim de sobreviver; 16. Quando os seres humanos interferem na natureza, muitas das vezes produz consequências desastrosas; 17. O equilíbrio da natureza é muito delicado e facilmente perturbado; 18. Os seres humanos têm o direito de modificar o ambiente natural para atender as suas necessidades; 19. A humanidade está abusando gravemente do meio ambiente.
Compras Sustentáveis	20. Quando eu vou adquirir um produto privilegio aqueles de maior durabilidade e vida útil; 21. Antes de comprar um produto procuro, ativamente, informação sobre seu impacto ambiental; 22. Eu privilegio nas compras os produtos que sejam fornecidos sem excesso de embalagem; 23. Eu procuro comprar produtos com certificação ambiental.
Reciclagem e Reutilização	24. Eu procuro comprar produtos feitos de papel reciclado; 25. Sempre que possível, eu compro produtos feitos com material reciclado; 26. Eu procuro não comprar produtos que possuem grande quantidade de embalagens; 27. Eu tento comprar apenas produtos que podem ser reciclados; 28. Eu evito comprar produtos com embalagens que não são biodegradáveis.
Consumo de Energia	29. Eu compro lâmpadas mais caras, mas que economizam mais energia; 30. Eu troquei as lâmpadas da minha casa por lâmpadas de menor potência para reduzir o consumo de energia elétrica; 31. Eu comprei um aparelho doméstico porque ele usa menos energia elétrica do que outras marcas; 32. Eu tentei reduzir muito a quantidade de energia elétrica que consumo.

Quadro 2: Comportamento de Consumo Ecologicamente Consciente (CCEC) e Atributos dos consumidor consciente.

Fonte: Straughan e Roberts (1999); Couto e Ribeiro (2015) Couto e Coelho (2014).

Após coleta dos dados, foram realizadas análises sobre as estatísticas descritivas, com regressão linear multivariada *cross-section*. Utilizou-se o teste de White para correção dos efeitos de homocedasticidade.

. Testes de interações foram realizados em cada grupo, condicionados por características, com o objetivo de verificar se as variáveis se comportavam diferentemente em cada perfil de grupo. O objetivo foi analisar como cada atributo dos indivíduos impactaria o comportamento de consumo. As conclusões extraídas permitiram analisar-se o conteúdo obtido a partir do modelo de regressão abaixo:

Modelo 1:

$$CCEC = \beta_0 + \sum_{i=1}^7 \beta_i X_i + \text{Controles} + E_1,$$

em que:

X_1 = Altruísmo;

X_2 = Liberalismo;

X_3 = Eficácia de consumo percebido;

X_4 = Preocupação ambiental;

X_5 = Compras sustentáveis;

X_6 = Reciclagem e reutilização;

X_7 = Consumo de energia;

Controles: gênero, faixa etária, escolaridade, renda familiar, cargos de chefia, participação de curso de capacitação e tempo de serviço.

E_1 = Termo de erro.

Capítulo 4

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta etapa apresentam-se as análises sobre os dados colhidos, visando-se satisfazer o objetivo proposto. Em primeiro lugar, as amostras foram caracterizadas de acordo com a esfera pertencente aos servidores públicos brasileiros estudados (servidores públicos federais). Em seguida, foi apresentada a estatística descritiva de cada grupo, comparando-se as médias de cada variável. Ao final, foram realizadas análises sobre as regressões multivariadas, acompanhadas por estudo de interação em cada grupo amostral, organizado segundo características de gênero, faixa etária, escolaridade, renda familiar, possuir ou não algum cargo de chefia, participação do servidor em curso de capacitação ligada a temática ambiental e tempo de serviço público.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Nesta pesquisa a amostra utilizada foi de servidores públicos federais do executivo federal, em especial os da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A tabela 1 descreve a caracterização da amostra.

TABELA 1: CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA DOS SERVIDORES DA FUNASA

Sem cargo chefia			Com cargo chefia	
Total de Observações	184		103	
GÊNERO	Nº	%	Nº	%
Feminino	90	48,91%	53	51,46%
Masculino	94	51,09%	50	48,54%
FAIXA ETÁRIA				
Até 18 anos	1	0,54%	0	0,00%
de 18 a 25 anos	0	0,00%	0	0,00%
de 26 a 35 anos	23	12,50%	5	4,58%
de 36 a 45 anos	14	7,61%	17	16,50%
de 46 a 55 anos	71	38,59%	36	34,95%
de 56 a 65 anos	69	37,50%	44	42,72%
acima de 65 anos	6	3,26%	1	0,97%
ESCOLARIDADE				
Ensino fundamental	1	0,54%	0	0,00%
Ensino médio	49	26,63%	20	19,42%
Ensino superior	70	38,04%	43	41,75%
Pós-graduação <i>lato sensu</i>	55	29,89%	36	34,95
Mestrado	8	4,35%	4	3,88%
Doutorado	1	0,54%	0	0,00%
RENDIA FAMILIAR				
até 5 salários mínimos	68	36,96%	26	25,24%
de 5 a 10 salários mínimos	77	41,85%	51	49,51%
de 10 a 15 salários mínimos	24	13,04%	19	18,45%
de 15 a 20 salários mínimos	14	7,61%	5	4,85%
acima de 20 salários mínimos	1	0,54%	2	1,94%
PARTICIPOU DE CURSO DE CAPACITAÇÃO				
Não	124	67,39%	72	69,90%
sim (até 40h/a)	37	20,11%	20	19,42%
sim(mais de 40h/a)	23	12,50%	11	10,68%
TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO				
até 5 anos de serviço	16	8,70%	2	1,94%
de 5 a 10 anos de serviço	24	13,04%	11	10,68%
de 11 a 20 anos de serviço	12	6,52%	5	4,85%
de 21 a 30 anos de serviço	40	21,74%	24	23,30%

acima de 30 anos de serviço	92	50,00%	61	59,22%
-----------------------------	----	--------	----	--------

Fonte: Dados da pesquisa.

A amostra do grupo dos sem cargos de chefia expressou, em sua maioria, servidores do sexo masculino (51,09%), com faixa etária entre 46 a 55 anos (38,59%), com predominância do nível de escolaridade de ensino superior (38,04%), renda familiar de 5 a 10 salários mínimos (41,85%), com ampla maioria sem participar de curso de capacitação na área voltada à temática ambiental (67,39%) e com tempo de serviço público acima de 30 anos (50,00%).

Com relação ao grupo dos com cargo de chefia as amostras evidenciaram certo grau de equivalência, quando comparadas ao grupo dos sem cargo de chefia, entre as características de nível de escolaridade de ensino superior (41,75%), renda familiar de 5 a 10 salários mínimos (49,51%), com ampla maioria sem curso de capacitação na área voltada a temática ambiental (67,39%) e com tempo de serviço público acima de 30 anos (50,00%). A baixa frequência de concurso público do órgão (o último realizado apenas em 2009) pode estar relacionada à elevada média de idade dos servidores (FUNASA, 2016). Pois, devido ao pouco egresso de novos servidores no quadro funcional, acabam prevalecendo em sua maioria, servidores mais antigos.

Porém, no quesito gênero e faixa etária, o grupo dos com cargo de chefia, diferentemente do outro grupo, possui uma mostra predominante do sexo feminino (51,46%), com faixa etária mais elevada entre 56 a 65 anos (42,72%).

De forma geral foram obtidas 184 respostas de servidores sem cargos de chefia (64,11%) e 103 servidores com cargos de chefia (35,89 %), somando-se o total de 287 respondentes.

4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA AMOSTRA

Nesta etapa do trabalho, apresenta-se a estatística descritiva de cada variável com o objetivo de verificar como os dados se comportam em termos de posição e dispersão. A análise da estatística descritiva da amostra teve por base 41 (quarenta e uma) questões. A primeira corresponde ao critério de ser servidor público federal da FUNASA e as 40 (quarenta) foram as questões relacionadas aos construtos "altruísmo", "liberalismo", "eficácia de consumo percebido", "preocupação ambiental", "compras sustentáveis", "reciclagem e reutilização" e "consumo sustentável". Para que seja possível verificar se os atributos, em média, são estatisticamente iguais ou diferentes, nos dois grupos analisados, utilizou-se o teste t-Student para comparar cada variável com base nas respectivas amostras. Os resultados estão apresentados na Tabela 2.

TABELA 2: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA AMOSTRA QUANTO AOS ATRIBUTOS DOS SERVIDORES COM E SEM CARGO DE CHEFIA

PAINEL A – Não possui cargo de chefia

Variáveis	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min	.25	Mdn	.75	Max
<i>Altruismo</i>	184	3.78	0.64	2.00	3.40	3.80	4.20	5.00
<i>Liberalismo</i>	184	3.54	0.62	1.60	3.20	3.60	4.00	5.00
<i>Eficácia de consumo percebido</i>	184	2.81	0.35	1.74	2.50	2.75	3.00	4.00
<i>Preocupação ambiental</i>	184	3.98	0.42	2.40	3.60	4.00	4.20	4.80
<i>Compras Sustentáveis</i>	184	3.69	0.62	1.75	3.25	3.75	4.00	5.00
<i>Reciclagem e reutilização</i>	184	3.51	0.69	1.60	3.00	3.60	4.00	5.00
<i>Consumo de energia</i>	184	4.14	0.57	2.25	3.75	4.00	4.50	5.00
<i>CCEC (y)</i>	184	3.73	0.89	1.00	3.00	4.00	4.00	5.00

PAINEL B – possui cargo de chefia

Variáveis*	Obs.	Média	Desvio Padrão	Min	.25	Mdn	.75	Max
<i>Altruismo</i>	103	3.68	0.73	1.00	3.40	3.80	4.00	5.00
<i>Liberalismo</i>	103	3.42	0.62	0.62	3.00	3.40	3.80	5.00
<i>Eficácia de consumo percebido</i>	103	2.85	0.37	1.75	2.50	2.75	3.00	4.00
<i>Preocupação ambiental</i>	103	3.93	0.43	2.60	3.60	4.00	4.20	4.80
<i>Compras Sustentáveis</i>	103	3.67	0.64	2.00	3.25	3.75	4.00	5.00
<i>Reciclagem e reutilização</i>	103	3.43	0.73	1.00	3.00	3.40	4.00	5.00
<i>Consumo de energia</i>	103	4.11	0.54	2.25	3.75	4.00	4.50	5.00
<i>CCEC (y)</i>	103	3.82	0.78	2.00	3.00	4.00	4.00	5.00

Variáveis: **Altruismo** são pessoas que possuem uma preocupação com o bem-estar do próximo. **Liberalismo** são pessoas que possuem ideologia política mais liberal e menos conservadora são mais propensas a desenvolverem o comportamento verde. **Eficácia de consumo percebido** são pessoas que possuem a percepção dos resultados positivos gerados a partir do seu consumo consciente. **Preocupação ambiental** são pessoas que possuem comportamento amigo ao meio ambiente. **Compras Sustentáveis** são pessoas que demonstram uma preocupação ao comprar um produto/serviço que possua alguma relação positiva com o meio ambiente. **Reciclagem e reutilização** são pessoas que apresentam cuidado em consumir apenas produtos que possam ser reciclados ou reutilizáveis. **Consumo de energia** possuem hábitos de consumo alinhados à diminuição do consumo de energia.

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebeu-se que a média mais orientada para concordância é a variável consumo de energiatanto na amostra de servidores com cargos de chefia (CE, M=4,11) quanto na amostra do grupo sem cargos de chefia (CE, M=4,14). Isso demonstra que, dentre os construtos analisados, o consumo de energia é aquele que possui um maior grau de comprometimento por parte dos servidores públicos com o comportamento de consumo ecológico. Seu conteúdo, então, versa sobre a consciência ecológica do indivíduo, ao optar entre os produtos domésticos por aqueles que economizam mais energia. Esse resultado é explicado por Ignotas e Stasytyté (2015), ao afirmarem que os consumidores privilegiam comprar produtos domésticos com maior eficiência de consumo de energia, reduzindo consequentemente o impacto ambiental.

Ao ser observado o construto referente ao Altruísmo, notou-se uma média

orientada para concordância tanto no grupo de servidores com cargos de chefia (AL, M=3,68) quanto no sem cargos de chefia (AL, M=3,78). Tal média expressa que os servidores públicos, independentemente de possuir ou não cargos de chefia, revelam uma preocupação com o bem-estar dos outros e, conseqüentemente, uma boa orientação voltada para o comportamento verde. Tal preocupação já foi demonstrada por Stern, Dietz e Kalof (2003).

Foi também observada no construto Liberalismo uma média orientada para concordância tanto no grupo de servidores com cargos de chefia (LB, M=3,43) quanto no grupo dos sem cargos de chefia (AL, M=3,54). Tal média pontua que os servidores públicos não têm ideias conservadoras, mas, sim, tendem a seguir ideias liberais e, por conta disso, são mais propensos a exibirem forte compromisso com as questões ambientais, conclusões demonstradas por Hine e Gifford (1991).

Em relação ao fenômeno social Preocupação Ambiental, também se observa uma média orientada para concordância tanto no grupo de servidores com cargos de chefia (PA, M=3,93) quanto nos sem cargos de chefia (PA, M=3,98). Tal média expõe que os servidores possuem atitudes que demonstram um comportamento amigo com o meio ambiente. Portanto, indivíduos, que apresentam atitudes de comportamento voltadas para a preocupação ambiental, são mais inclinados a adotarem o consumo ecológico. Conclusões demonstradas nos estudos de Roberts e Bacon (1997).

Foi observado que o construto compras sustentáveis também possui uma média orientada para concordância tanto no grupo de servidores com cargos de chefia (CS, M=3,67) quanto naquele sem cargos de chefia, (CS, M=3,69). Tal média mostra que os servidores estão inclinados a adquirir produtos que proporcionam um menor impacto ambiental. Esse fenômeno pode estar relacionado com o aumento das

compras sustentáveis no setor público, a partir de janeiro de 2010, com a criação pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) da Instrução Normativa nº 1. Tal norma legal estabeleceu os critérios de Sustentabilidade Ambiental tanto na aquisição de bens, quanto na contratação de serviços ou obras pelo governo federal na administração direta e indireta. (ALENCASTRO; SILVA; LOPES, 2014).

Dentre todos os construtos que apresentam média orientada para concordância, o da reciclagem e reutilização é aquele que expressa uma das menores médias no grupo de servidores com cargos de chefia (RR, $M=3,43$) e a menor no grupo dos sem cargos de chefia, (RR, $M=3,51$). Tal média expressa que os servidores públicos, apesar de terem inclinação para utilizar produtos que são reciclados ou não biodegradáveis, possuem menor inclinação de consumo sustentável, se comparados com os construtos altruísmo, preocupação ambiental, compras sustentáveis e consumo de energia. Esta menor média orientada para concordância pode ser relacionada à falta de um suficiente envolvimento público nas criações de alternativas para o descarte e a reutilização de produtos. Por sua vez, as poucas alternativas criadas pelas entidades públicas no processo de reciclagem e reutilização acabarão influenciando negativamente a participação direta dos servidores no processo. (SMALLBONE, 2005).

Já o construto eficácia de consumo percebido (ECP) é o único entre as médias observadas, orientado para discordância tanto na amostra de servidores com cargos de chefia (ECP, $M= 2.85$) quanto daqueles sem cargos de chefia (ECP, $M=2.81$). Os resultados da amostra demonstraram um cenário que está de acordo com os estudos de Ellen, Wiener e Cobb-Walgren (1991), Miller, Brickman e Bolen (1975) e Allen (1982), ao afirmarem que a barreira de baixa ECP poderá ser

ultrapassada quando os formuladores de Políticas Públicas passarem a desenvolver programas que forneçam, além de informações de como praticar uma gestão sustentável, também um feedback sobre a eficácia da ação individual na redução dos problemas ambientais. Com base nessa literatura podemos inferir que, com a baixa capacitação dos servidores em assuntos relacionados à sustentabilidade observados na amostra, pode haver uma influência direta na baixa média apresentada pelo construto EFC no órgão estudado.

Por fim, o comportamento de consumo ecologicamente consciente (CCEC) apresentou uma média a 5% de significância nos dois grupos de coleta dos dados (Painel A: $M=3.73$; Painel B: $M=3.82$). Com desvio padrão maior quando comparado aos outros construtos, evidencia-se que boa parte dos servidores pesquisados possui comportamentos de consumo ecologicamente consciente ainda restritos, de acordo com Couto e Coelho (2014).

Em relação ao desvio padrão de uma forma geral, todos os construtos apresentaram um desvio padrão baixo, o que caracteriza uma concentração nas respostas dos respondentes. Destaque a análise do desvio padrão do construto CCEC, entre o grupo com chefia que obteve desvio padrão menor ($DP= 0.79$), se comparado com o grupo sem chefia ($DP = 0,89$). Podemos inferir que o menor desvio padrão pode ter uma relação direta da responsabilidade maior daqueles ocupantes de cargos de chefia, pois, devido exercerem uma maior responsabilidade na inserção de práticas sustentáveis nas instruções, poderão acabar tendo uma discreta, porém maior inclinação ao CCEC, se comparados aos sem cargo de chefia.

Na comparação das médias, buscou-se encontrar as diferenças de percepções entre os servidores público com e sem cargos de chefia pesquisados, isto é, encontrar as disparidades de entendimento entre as duas amostras. Ao

analisar a tabela, percebeu-se que não foram identificadas diferenças significativas entre os oito construtos pesquisados, pois a significância associada ao teste *t* foi superior a 0,01, conforme mostrado na tabela 3.

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA COM AS MÉDIAS

Variáveis	sem chefia (SC)		com chefia (CC)		Diferença	Pvalor
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão		
<i>Altruismo</i>	3.78	0.64	3.68	0.73	0.10	0.22
<i>Liberalismo</i>	3.54	0.62	3.42	0.62	0.11	0.13
<i>Eficácia de consumo percebido</i>	2.81	0.35	2.85	0.37	-0,03	0.38
<i>Preocupação ambiental</i>	3.98	0.42	3.93	0.43	0.04	0.35
<i>Compras Sustentáveis</i>	3.69	0.62	3.67	0.64	0.01	0.88
<i>Reciclagem e reutilização</i>	3.51	0.69	3.43	0.73	0.07	0.38
<i>Consumo de energia</i>	4.14	0.57	4.11	0.54	0.03	0.65
<i>CCEC(y)</i>	3.73	0.89	3.82	0.78	-0,08	0.43

Significância: * $p < 0,10$, ** $p < 0,05$, *** $p < 0,01$

Variáveis: **Altruismo** são pessoas que possuem uma preocupação com o bem-estar do próximo. **Liberalismo** são pessoas que possuem ideologia política mais liberal e menos conservadora são mais propensas a desenvolverem o comportamento verde. **Eficácia de consumo percebido** são pessoas que possuem a percepção dos resultados positivos gerados a partir do seu consumo consciente. **Preocupação ambiental** são pessoas que possuem comportamento amigo ao meio ambiente. **Compras Sustentáveis** são pessoas que demonstram uma preocupação ao comprar um produto/serviço que possua alguma relação positiva com o meio ambiente. **Reciclagem e reutilização** são pessoas que apresentam cuidado em consumir apenas produtos que possam ser reciclados ou reutilizáveis. **Consumo de energia** possuem hábitos de consumo alinhados à diminuição do consumo de energia.

Fonte: Desenvolvido pelo próprio autor.

Importante ressaltar que a ausência de diferenças significativas entre as médias dos dois grupos pode estar relacionada ao baixo desvio padrão, caracterizando a alta concentração de resposta dos respondentes em ambos os grupos. Isto caracteriza uma certa homogeneidade entre a média dos respondentes.

Além disso, os resultados situam-se de acordo com os estudos de Couto e

Coelho (2014), ao afirmarem que existem níveis de concordância da pessoa tanto quando inseridas no contexto de consumo individual quanto no contexto de consumo dentro da organização. Principalmente nos aspectos de compras sustentáveis, reciclagem e reutilização, preocupação ambiental e consumo de energia. Pode-se inferir, com base na literatura apresentada, que a falta de uma diferença significativa entre as médias nos dois grupos pode decorrer também da percepção de consumo consciente ser semelhantes tanto para servidores com cargo de chefia quanto para aqueles sem cargo de chefia.

4.3 REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

Na sequência das análises, foram realizados testes de regressão linear múltipla com o objetivo de verificar o grau de associação entre o comportamento de consumo ecologicamente consciente do servidor público e os atributos "altruísmo", "liberalismo", "eficácia de consumo percebido", "preocupação ambiental", "compras sustentáveis", "reciclagem e reutilização" e "consumo sustentável". Para controle de características dos servidores, inseriram-se variáveis demográficas de gênero, faixa etária, escolaridade, renda familiar, cargos de chefia, participação de curso de capacitação e tempo de serviço. O modelo de regressão utilizado pode ser descrito da seguinte forma:

$$\text{Comportamento de Consumo Ecologicamente Consciente} = \beta_0 + \sum_{i=1}^7 \beta_i X_i + \text{Controles} + E_1$$

em que:

X_1 = Altruísmo;

X_2 = Liberalismo;

X_3 = Eficácia de consumo percebido;

X_4 = Preocupação ambiental;

X_5 = Compras sustentáveis;

X_6 = Reciclagem e reutilização;

X_7 = Consumo de energia;

Controles: gênero, faixa etária, escolaridade, renda familiar, cargos de chefia, participação de curso de capacitação e tempo de serviço.

E_1 = Termo de erro.

4.3.1 Análise da regressão do CCEC com cargo de chefia

A análise do modelo de regressão da amostra dos servidores com cargo de chefia está representada na Tabela 4 abaixo.

TABELA 4: RESULTADOS DOS EFEITOS DO MODELO COM E SEM AS VARIÁVEIS DE CONTROLE DOS SERVIDORES COM CARGOS DE CHEFIA

Variáveis	sem controles		com controles	
	Coef	P valor	Coef	P valor
Altruísmo	0.538***	0.000	0.542***	0.000
Liberalismo	0.004	0.965	0.022	0.844
Eficácia de consumo percebido	-0,417**	0.030	-0,408**	0.048
Preocupação ambiental	-0,06	0.725	-0,059	0.735
Compras Sustentáveis	0,473**	0.015	0.528***	0.009
Reciclagem e reutilização	-0,294**	0.050	-0,349**	0.025
Consumo de energia	0,022	0.862	0,006	0.960
Gênero			-0,202	0.144
Faixa Etária			-0,025	0.811
Escolaridade			-0,068	0.465
Renda Familiar			0,112	0.174
Tempo de Serviço			0,044	0.603
Cursos Capacitação			0,143	0.338
CCEC (y)	2.41***	0.002	2.351**	0.016

*, ** e *** representam coeficientes significativos a 10%, 5% e 1% respectivamente.

* Variáveis: **Altruísmo** são pessoas que possuem uma preocupação com o bem-estar do próximo. **Liberalismo** são pessoas que possuem ideologia política mais liberal e menos conservadora são

mais propensas a desenvolverem o comportamento verde. **Eficácia de consumo percebido** são pessoas que possuem a percepção dos resultados positivos gerados a partir do seu consumo consciente. **Preocupação ambiental** são pessoas que possuem comportamento amigo ao meio ambiente. **Compras Sustentáveis** são pessoas que demonstram uma preocupação ao comprar um produto/serviço que possua alguma relação positiva com o meio ambiente. **Reciclagem e reutilização** são pessoas que apresentam cuidado em consumir apenas produtos que possam ser reciclados ou reutilizáveis. **Consumo de energia** possuem hábitos de consumo alinhados à diminuição do consumo de energia.

Fonte: Dados da pesquisa aplicada.

Na Tabela 4, estão descritos os resultados da regressão com e sem as variáveis de controle dos servidores com cargos de chefia. Na análise com controle evidenciou-se que há 99% de confiança, apenas os atributos "Altruísmo" e "Compras sustentáveis" estão estatisticamente associados ao CCEC, ou seja: as variáveis altruísmo e compras sustentáveis podem levar ao consumo sustentável. Com relação à variável Altruísmo, Kim e Choi (2005) afirmam que pessoas, que demonstram comportamento cooperativo e preocupadas com o bem-estar dos outros, possuem maior tendência a desenvolver atitudes ambientalmente amigáveis, ou seja são pessoas altruístas. Com relação à variável compras sustentáveis, observou-se que os servidores públicos com cargos de chefia são propensos a inserir os critérios de sustentabilidade ambiental nas práticas voltadas para a contratação de bens e serviços públicos. (BRAMMER; WALKER, 2011).

Em continuidade à análise das variáveis com controle significativas ao CCEC, observou-se que há 95% de confiança, apenas foram considerados significantes os atributos, "reciclagem e reutilização" e "Eficácia de consumo percebido", este último associado negativamente.

Em relação ao construto reciclagem e reutilização, percebeu-se que, entre os servidores públicos com cargos de chefia, a intenção de compra ligada a produtos rotulados com reciclagem e reutilização está associada ao CCEC. Smallbone (2005) afirma que os indivíduos, que praticam a reciclagem, podem ser utilizados nas estratégias de Marketing por meio da comunicação, ajudando a melhorar a prática

da reciclagem nas organizações. Na mesma linha de pensamento, Bertolini e Possamai (2005) afirmam que esse tipo de consumidor, ao utilizar embalagens recicláveis, acabarão por agredir menos o meio ambiente.

Entretanto, apesar de ser uma variável significativa a sua associação ao CCEC está apresentada de forma negativa. A representação negativa pode ser explicada através dos estudos de Engel et al. (2000), ao afirmar que, dentre os critérios que ensinam os consumidores a selecionar produtos reciclados ou reutilizáveis, destaca-se a segurança, confiabilidade, nome da marca, lugar onde é fabricado, garantia e em particular o preço.

O custo para adquirir um produto/serviço reciclado ou reutilizável no setor público por ser mais alto quando comparado aos demais produtos não recicláveis poderá influenciar, de forma negativa, os servidores a adquirir tais produtos (COUTO; RIBEIRO, 2015). O que vai de acordo com os estudos de Rao e Holt (2005) ao afirmar que as instituições públicas estão mais propensas a inserir critérios de sustentabilidade em seus contratos quando percebem a existência de um custo-benefício positivo.

Além disso, a baixa disponibilidade no mercado de bens e serviços produzidos de forma sustentável acaba sendo um obstáculo em uma maior implementação de práticas sustentáveis. O que também pode estar influenciando negativamente o comportamento ecológico dos servidores (ALENCASTRO; SILVA; LOPES, 2013).

O construto Eficácia de Consumo Percebido, apesar de ser uma variável significativa, também está associada ao CCEC de forma negativa. Com relação a

ser significativa, os resultados vão ao encontro dos estudos de Roberts e Bacon (1997), Roberts (1996) e Straughan e Roberts (1999) que consideram a variável eficácia de consumo percebido correlacionada de forma positiva ao CCEC.

Os estudos de Ellen, Wiener e Cobb-Walgren (1991) justificam uma possível associação negativa ao CCEC do indivíduo. Pois existe uma relação direta entre o nível de eficácia de consumo percebido de um indivíduo com a forma como está sendo influenciado pelos formuladores de Políticas Públicas. Ou seja: quanto mais o Governo demonstra os resultados obtidos com as ações sustentáveis mais acabará favorecendo a percepção do consumidor. O indivíduo passa então a compreender que ele é participante direto na melhoria do meio ambiente.

Nesse contexto há pouca percepção de eficácia de consumo percebido pelo grupo analisado pode estar relacionada ao baixo feedback gerado pela instituição Funasa. Pois a influência baseada na autopercepção estimula o consumo ecologicamente consciente do indivíduo (ALLEN, 1982). Assim, percebe-se que os servidores com cargo, apesar de serem influenciados pelo CCEC, possuem uma baixa percepção das suas ações quando relacionada à eficácia de consumo percebido. Barreira esta só ultrapassada através de maior feedback por parte das instituições públicas. (MILLER; BRICKMAN; BOLEN, 1975).

Os construtos "Liberalismo", "Preocupação Ambiental" e "Consumo de Energia" não foram significativos para o grupo dos servidores com cargos de chefia. Isto é, esse grupo não tem a percepção que, se optarem por possuir uma convicção política mais liberal ou realizarem ações amigas ao meio ambiente como ajudar no equilíbrio da natureza e interferir pouco no ecossistema, como também consumir aparelhos eletrodomésticos que consomem menos energia, passarão a obter um comportamento de consumo ecológico. Devido à não percepção por parte desse

grupos dessas variáveis, esse grupo apresenta comportamentos não associados ao CCEC. Este resultado dá indícios de que os servidores com cargos de chefia não entendem que consumo de energia, preocupação ambiental e ter posicionamento mais liberal sejam comportamentos ecológicos.

4.3.2 Análise da regressão do CCEC sem cargo de chefia

A análise do modelo de regressão da amostra dos servidores sem cargo de chefia está representado na Tabela 5, abaixo.

TABELA 5: RESULTADOS DOS EFEITOS DO MODELO COM E SEM AS VARIÁVEIS DE CONTROLE DOS SERVIDORES SEM CARGOS DE CHEFIA

Variáveis	sem controles		com controles	
	Coef	P valor	Coef	P valor
Altruismo	0.803***	0.0000	0.796***	0.000
Liberalismo	0.081	0.349	0.122	0.172
Eficácia de consumo percebido	0.039	0.802	0.066	0.676
Preocupação ambiental	0.009	0.947	-0,133	0.358
Compras Sustentáveis	0.066	0.611	0.136	0.296
Reciclagem e reutilização	0.722	0.521	-0,092	0.410
Consumo de energia	0.148	0.163	0.148	0.164
Gênero			0.050	0.629
Faixa Etária			-0,092	0.221
Escolaridade			0.122***	0.080
Renda Familiar			-0,053	0.383
Tempo de Serviço			-0,032	0.603
Cursos Capacitação			-0,144	0.199
CCEC (y)	-0,349	0.627	0,179	0.816

*, ** e *** representam coeficientes significativos a 10%, 5% e 1% respectivamente.

* Variáveis: **Altruismo** são pessoas que possuem uma preocupação com o bem-estar do próximo. **Liberalismo** são pessoas que possuem ideologia política mais liberal e menos

conservadora são mais propensas a desenvolverem o comportamento verde. **Eficácia de consumo percebido** são pessoas que possuem a percepção dos resultados positivos gerados a partir do seu consumo consciente. **Preocupação ambiental** são pessoas que possuem comportamento amigável ao meio ambiente. **Compras Sustentáveis** são pessoas que demonstram uma preocupação ao comprar um produto/serviço que possua alguma relação positiva com o meio ambiente. **Reciclagem e reutilização** são pessoas que apresentam cuidado em consumir apenas produtos que possam ser reciclados ou reutilizáveis. **Consumo de energia** possuem hábitos de consumo alinhados à diminuição do consumo de energia.

Fonte: Dados da pesquisa aplicada.

Na Tabela 5, estão descritos os resultados da regressão com e sem as variáveis de controle dos servidores sem cargos de chefia. Na análise com controle evidenciou-se que há 99% de confiança, apenas o construto altruísmo está estatisticamente associado ao CCEC. Possui, portanto, a mesma percepção, neste caso, dos servidores com cargo de chefia. Todos os demais 07 (sete) construtos não foram considerados significativos.

Importante ressaltar que a ausência de significância nas maiorias dos construtos acima pode estar relacionada à baixa capacitação dos servidores sem cargos de chefia em assuntos relacionados à sustentabilidade. Apesar dos dois grupos possuírem baixa média de curso de capacitação, há uma predominância maior da falta de curso no grupo dos sem cargo de chefia. Tal relação já foi demonstrada nos estudos de Allen (1982), ao afirmar que o baixo conhecimento, voltado para assuntos ecológicos, pode influenciar diretamente de forma negativa a consciência ecológica do indivíduo.

Outro fator que pode estar relacionado à ausência de significância nas maiorias dos construtos, pode estar associado ao nível de incentivos e pressões institucionais recebido pelos servidores para implementação de ações sustentáveis na organização (BRAMMER; WALKER, 2011). Os servidores sem cargo de chefia possuem uma menor pressão por parte da instituição quando comparados com os

servidores com cargo de chefia para praticar ações sustentáveis. O que pode resultar em uma menor associação ao CCEC se comparado com os servidores que possuem uma maior responsabilidade na instituição.

4.3.3 Análise dos resultados em comparativo dos construtos associados ao CCEC na regressão com e sem cargos de chefia

A análise do resultado comparativo dos construtos que estão associados ao CCEC na regressão dos servidores com e sem cargo de chefia está representada na Tabela 6 abaixo.

TABELA 6: RESULTADO COMPARATIVO DOS CONSTRUTOS ASSOCIADOS AO CCEC COM E SEM CARGO DE CHEFIA

Construtos	Resultados Regressão Com cargos de chefia-Tabela 4	Resultados Regressão sem cargos de chefia- Tabela 5
Altruísmo	Significativo	Significativo
Liberalismo	Não significativo	Não significativo
Eficácia de consumo percebido	Significativo	Não significativo
Preocupação ambiental	Não significativo	Não significativo
Compras sustentáveis	Significativo	Não significativo
Reciclagem e reutilização	Significativo	Não significativo
Consumo de energia	Não significativo	Não significativo

Fonte: Elaborada pelo próprio autor

Ao comparar os resultados da regressão dos grupos de servidores com cargo de chefia e sem cargo de chefia, conforme demonstrado na tabela 6, identificou-se que apenas o construto Altruísmo foi significativo para ambos os grupos, enquanto o construto eficácia de consumo percebido, compras sustentáveis e reciclagem e reutilização, foram significativos apenas para o grupo dos servidores com cargo de

chefia. Além disso, os construtos Liberalismo, preocupação ambiental e consumo de energia não se mostraram significativos nem para o grupo dos com cargo de chefia nem para o grupo dos servidores sem cargo de chefia.

Em relação ao construto Altruísmo, identificou-se que os servidores com e sem cargos de chefia parecem ter a mesma percepção ao adotarem comportamento de indivíduos orientados para harmonia com o grupo, possuindo um posicionamento coletivista. Dessa forma, indivíduos que oferecem ajuda ao próximo também estão propensos a desenvolver ajuda ao meio ambiente. (KIM; CHOI, 2005).

Porém os construtos Liberalismo, Preocupação Ambiental e Consumo de Energia não foram significativos em nenhum dos grupos. Isto pode caracterizar uma posição mais conservadora por parte dos servidores públicos, afastando-se com isso tendências liberais; em relação à ausência de significância relacionado à preocupação ambiente pode ser justificado tal ausência pela não presença de comportamento amigo ao meio ambiente. Em relação ao consumo de energia podemos inferir, com base na literatura, que os estilos de vida dos servidores estudados não privilegiam optar a compra de aparelhos que consomem menos energia. (IGNOTAS; STASYTYTE, 2015).

Por fim, os construtos eficácia de consumo percebido, compras sustentáveis e reciclagem e reutilização expressam-se significativos apenas para o grupo dos servidores com cargo de chefia. Isso demonstra que o envolvimento público na criação de alternativas para o descarte e destinação adequada de resíduos sólidos está concentrado apenas nos servidores com cargo de chefia, o que caracteriza um equívoco por parte das instituições públicas uma vez que todos são indivíduos-consumidores, inseridos no setor público. Portanto, devem na mesma intensidade se tornarem partes do processo de consumo sustentável. (SMALLBONE, 2005).

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar as variáveis que influenciam o comportamento de consumo ecologicamente consciente do indivíduo, sob a ótica do servidor público na esfera do Poder executivo federal. Foram analisados, especificamente dois grupos de servidor com cargo de chefia e outro sem cargo de chefia. Para isso, fundamentou-se em um modelo adaptado para o setor público, com base no questionário de Straughan e Roberts (1999) e Couto e Coelho (2014).

Na análise descritiva dos dados, os respondentes demonstraram concordar com as informações ainda que de forma moderada, de maneira coerente (desvio padrão próximo de 1). Os resultados de regressão linear múltipla revelaram que, a 1% de significância, apenas o atributo Altruísmo está estatisticamente associado ao CCEC, tanto para os servidores públicos com cargo quanto para os sem cargo de chefia da FUNASA. Isto enseja concluir-se que os servidores são propensos a desenvolver um comportamento ecologicamente consciente. Por outro lado, destaca-se a associação negativa do construto eficácia de consumo percebido, relacionada à baixa sensibilização da eficácia percebida em suas contribuições para a melhora do meio ambiente. Enseja concluir-se que os órgãos públicos devem envolver mais os servidores nos resultados obtidos com as ações de sustentabilidade.

Em relação à média dos respondentes dos grupos com e sem chefia, não houve diferenças relevantes entre os dois grupos, pois tal homogeneidade das respostas se caracteriza devido à percepção de consumo consciente não ser significativamente diferente tanto para servidores individuais e organizacionais. Ou seja: a sua consciência ecológica independe de possuírem ou não cargos de chefia. Porém, na regressão, apenas o altruísmo foi significativo para ambos os grupos. A diferença pode estar relacionada primeiramente à baixa capacitação dos servidores sem cargos de chefia em assuntos relacionados à Sustentabilidade. Em segundo lugar, o fator relacionado ao nível de incentivo e pressão institucional recebido para prática de ações ecológicas ser proporcionalmente maior nos servidores com cargo de chefia.

Em relação à teoria, esta pesquisa, de maneira geral, abordou o uso de variáveis psicográficas e variáveis voltadas para o setor público. Permitiu ampliar, dessa forma, a percepção que o indivíduo tem enquanto servidor nas ações voltadas para Sustentabilidade Ambiental, além de proporcionar o preenchimento dessa lacuna na literatura.

Na prática, esta pesquisa proporciona às instituições públicas uma compreensão da forma da percepção que seus servidores possuem sobre a temática sustentabilidade, o que permite ações por parte dos gestores em direcionar suas ações, visando maior participação dos servidores públicos nas ações ligadas a temática. Dessa maneira, as instituições públicas podem evitar demandas sustentáveis impróprias ao seu público consumidor interno, além de promover, diante das dificuldades apresentadas, soluções para potencializar as práticas sustentáveis no setor público.

Como limitação, pode-se citar primeiramente a população analisada, uma vez

que se limitou a investigar, dentre os servidores do executivo federal, apenas os funcionários da Funasa. Refira-se que outras instituições federais também praticam ações de Sustentabilidade, estando da mesma forma inseridas nas determinações contidas pela agenda A3P, decretos nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº1, de 19 de janeiro de 2010.

Outra limitação pode estar relacionada aos construtos analisados para analisar as variáveis que influenciam o CCEC do servidor. Outros construtos poderiam ser analisados, uma vez que, na literatura, há outras correntes que podem influenciar o CCEC dos servidores. Como, por exemplo, o uso de fatores sócio-demográficos tradicionais ou mesmo a inserção de construtos relacionados à Ética como a Deontologia ou aqueles relacionados à lei como construto obediência ao Direito ou a orientação a longo prazo que se refere às perspectivas pragmáticas do indivíduo orientadas para superar os problemas ambientais a longo prazo.

Dessa forma, recomenda-se para pesquisas futuras a replicação desta pesquisa para avaliação da evolução dos assuntos aqui investigados e comprovação dos resultados. Outra sugestão é a sua replicação em outras esferas de governo, visto que as questões de inserção de práticas ambientais no setor público, apesar de iniciarem-se na esfera federal, estão hoje presentes nas três esferas de governo e cada unidade federada de governo por possuir suas peculiaridades. Elas podem inferir resultados diferentes dos apresentados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, M.A.C; SILVA, E.V; LOPES, A.M.D. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo Federal. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 207-235, 2014.
- ALLEN, C. T. Self-perception based strategies for stimulating energy conservation. **Journal of Consumer Research**, v. 8, n. 4, p.381-390, 1982.
- ANDERSON, W. T.; CUNNINGHAM, W. H. "The Socially Conscious Consumer". **Journal of Marketing**, v. 36, p. 23-311, Jul. 1972.
- BANERJEE, S.; MCKEAGE, K. How green is my value: exploring the relationship between environmentalism and materialism. **NA-Advances in Consumer Research**, v. 21, p.147-52, 1994.
- BERTOLINI, G; POSSAMAI, O; Proposta de instrumento de mensuração do grau de consciência ambiental, do consumo ecológico e dos critérios de compra dos consumidores. **Revista de Ciência e Tecnologia**, v. 13, n. 25-26, p. 17-25, 2005.
- BETIOL, Luciana Stocco; et al. **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. Programa Gestão Pública e Cidadania. FGV, 2012.
- BRAMMER, S; WALKER, H. Sustainable procurement in the public sector: an international Comparative study. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 31, n. 4, p. 452-476, 2011.
- BRASIL. Instrução Normativa nº01, de 19 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>>. Acesso em: 1 maio 2016.
- _____. Decreto nº7.746, de 5 de junho de 2012. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de

Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>.
Acesso em: 1 maio 2016.

_____. Decreto nº 7.335, de 19 de outubro de 2010. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7335.htm>.
Acesso em: 1 maio 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública—A3P**. 5. ed. rev. e atual. Brasília (DF), 2009. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Contratações Públicas Sustentáveis - MPOG. Disponível em:<<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/compras-sustentaveis>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

SECRETARIA de Orçamento Federal - SOF. Portal de compras do Governo Federal — comprasnet. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/projeto-esplanada-sustentavel>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

CHAN,R. Environmental attitudes and behavior of consumers in China: survey findings and implications. **Journal of International Consumer Marketing**, v. 11,p. 25-52,1999.

COUTO, H.L.G.; COELHO, C. Fatores críticos no comportamento do gestor público responsável por compras sustentáveis: diferenças entre consumo individual e organizacional. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n.2, p.519-543, mar./abr. 2014.

COUTO, H.L.G; RIBEIRO, F.L. Objetivos e desafios da política de compras públicas sustentáveis no Brasil:a opinião dos especialistas.**Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p.331-343, mar./abr. 2015.

DIAMANTOPOULOS, A.; et al. Can sociodemographics still play a role in profiling green consumers? A review of the evidence and an empirical investigation. **Journal of Business Research**, v.56, n. 6, p.465–480, Jun. 2003.

D'SOUZA, C; et al. Greendecisions: Demographics and consumer understanding of environmental labels. **International Journal of Consumer Studies**, v. 31, p. 371–376, 2006.

ENGEL, J.F. et al. Comportamento do Consumidor. 8.ed., Rio de Janeiro: LTC, 2000.

ELLEN, P. S.; WIENER, J. L.; COBB-WALGREN, C. The role of perceived consumer effectiveness in motivating environmentally conscious behaviors. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 10, n. 2, p.102-117, 1991.

FUNDAÇÃO Nacional de Saúde - FUNASA. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/concursos-e-processos-seletivos/>>. Acesso em: 1 jul. 2016.

HINE, D.W; GIFFORD, R. Fear appeals, individual differences, and environmental concern. **The Journal of Environmental Education**, v. 23, n.1, p.36-41, 1991.

IGNOTAS, A.; STASYTYTE, V. Efficiency of energy consumption as a base for sustainable energy sector. **Business: Theory and Practice**, v. 17, n. 2, p.128–137, 2015.

KEESLING, G; KAYNAMA, S. An exploratory investigation of the ecologically conscious consumer's efforts to control water contamination: lawn care and the use of nitrogen fertilizers and pesticides. **Journal of Marketing Theory and Practice**, v. 11, n. 1, p. 52-61, 2003.

KIM, Y; CHOI, S. Antecedents of green purchase behavior: An examination of collectivism, environmental concern, and PCE. **NA-Advances in Consumer Research**, v. 32, 2005.

LAROCHE, Michel; BERGERON, Jasmin; BARBARO-FORLEO, Guido. Targeting consumers who are willing to pay more for environmentally friendly products. **Journal of consumer marketing**, v. 18, n. 6, p. 503-520, 2001.

LEONIDOU, L.C.; LEONIDOU, C.N.; KVASOVA, O. Antecedents and outcomes of consumer environmentally friendly attitudes and behaviour. **Journal of Marketing Management**, v. 26, p. 1319-1344, 2010.

MOTTA, S. L. S.; OLIVEIRA, B. O Marketing Ecológico como Vantagem Competitiva. **Revista de Gestão da USP**, v.14, n. 2, p. 49-56, abr./jun. 2007.

MILLER, Richard L.; BRICKMAN, Philip; BOLEN, Diana. Attribution versus persuasion as a means for modifying behavior. **Journal of personality and social psychology**, v. 31, n. 3, p. 430, 1975.

PEATIE, Ken. Golden goose or wild goose? The hunt for the green consumer. **Business strategy and the Environment**. v. 10, n. 4, p. 187–199, July/August. 2001.

PRADO, R. A. D. P.; SILVA, M. C. J.; ALMEIDA, L. N. N. A influencia marketing verde nos hábitos de consumo dos jovens universitários dos cursos de administração: Estudo em instituições de ensino superior (IES). **REMARK-Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 126-145, Mai./ago. 2011.

RAO, Purba; HOLT, Diane. Do green supply chains lead to competitiveness and economic performance? **International Journal of Operations & Production Management**, v. 25, n. 9, p. 898-916, 2005.

RETTIE, R.; BURCHELL, K.; RILEY, D. Normalising Green Behaviours: A New Approach to Sustainability Marketing. **Journal of Marketing Management**, v. 29 n.3 - 4, p. 420–444, 2012.

ROBERTS, J.A; BACON, D.R. Exploring the subtle relationships between environmental concern and ecologically conscious consumer behavior. **Journal of Business Research**, v. 40, n. 1, p. 79-89, 1997.

ROBERTS, J. A. Green consumers in the 1990s: profile and implications for advertising. **Journal of business research**, v.36, p. 217-231, 1996.

ROBERTSON, P.J; CHOI,T. Ecological governance: Organizing principles for an emerging era. **PublicAdministration Review**, v. 70, n. s1, p. s89-s99, 2010.

SAMDAHL, D. M; ROBERTSON, R. Social determinants of environmental concern specification and test of the model. **Environment and behavior**, v. 21, n. 1, p. 57-81, 1989.

SMALLBONE, Teresa. How can domestic households become part of the solution to England's recycling problems?. **Business Strategy and the Environment**, v. 14, n. 2, p. 110-122, 2005.

STERN, P.C; DIETZ, T; KALOF, L. Value orientations, gender, and environmental concern. **Environment and Behavior**, v. 25, v.5. p.322-348, 1993.

STRAUGHAN, Robert D.; ROBERTS, James A. Environmental Segmentation Alternatives: a look at green consumer behavior in the new millennium. **Journal of Consumer Marketing**, v. 16, n. 6, p. 558-575, 1999.

ZABKAR, Vesna; HOSTA, Maja. Willingness to act and environmentally conscious consumer behaviour: can prosocial status perceptions help overcome the gap? **International Journal of Consumer Studies**, v. 37, n. 3, p. 257-264, May 2013.

ZIMMER, M.R; STAFFORD, T.F.; STAFFORD, M.R. Green issues: dimensions of environmental concern. **Journal of Business Research**, v.30, n. 1, p.63-74, May. 1994.

WEINER, J.L; DOESCHER, T.A. A framework for promoting cooperation. **Journal of Marketing**, v. 55, p.38-47, abr. 1991.